

**UMA ANÁLISE SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO A
PARTIR DA EMPRESA-APLICATIVO UBER**

**AN ANALYSIS ABOUT THE PRECARIOUSNESS OF LABOR
FROM UBER COMPANY APP**

**UM ANÁLISIS SOBRE LA PRECARIEDAD DEL TRABAJO A
PARTIR DE LA EMPRESA-APLICACIÓN UBER**

Raquel Lins Brandão¹
raquelbrandao40@gmail.com

Karina Furini da Ponte²
karinaponte211@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo realizar uma discussão sobre a precarização dos trabalhadores por aplicativo vinculados à empresa Uber. Para isso, partimos de uma reflexão sobre a centralidade do trabalho e sua relação com a ciência geográfica, o que proporcionou realizarmos uma análise das transformações sofridas no mundo do trabalho a partir da crise do capital da década de 1970 e, de seu processo de reestruturação produtiva e flexibilização das relações e formas de gestão do trabalho. Como metodologia partiu-se de pesquisa bibliográfica, leituras e sistematizações de obras para entender a atual dinâmica do capital, e a crescente degradação do trabalho, buscando apontar como isso afeta os trabalhadores cotidianamente. Também foi realizada pesquisa documental em reportagens de jornal na cidade de Rio Branco, Ac, recorte espacial da investigação. Portanto, foi possível identificar as formas de precarização do trabalhador vinculado à empresa Uber, seu controle do trabalho pelo algoritmo e também desmistificar o caráter de “empreendedor” propagado pela empresa.

Palavras Chave: Capital. Trabalho. Uber.

ABSTRACT

This article aims to accomplish a discussion over the precariousness of workers by apps linked with Uber Company. For this, we start from a reflection about the centrality of work and its relation with geographic science, that provided we have realized an analysis of the transformations in the world of labor since the capital crisis on the decade 1970 and its process of productive restructuring and flexibilization on relations and ways of labor management. As methodology it started of lectures and systematization of textual works to understand capitalism, the increasing degradation of labor looking to point how this affects the workers on daily basis, also texts, articles and reports about the Uber Company app. Was also performed a documentar research in Rio Branco, Ac, city newspapers, spatial cut from investigation. Therefore, it was possible to identify

¹ Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Acre.

² Professora do Curso de Graduação e Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre.

the ways of precariousness of labor linked to Uber Company, its control by the algorithm and demystify the character of “entrepreneurship” disseminated by the company.

Key Words: Capital. Labor. Uber.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo realizar una discusión sobre la precarización de los trabajadores de aplicaciones vinculados a la empresa Uber. Para esto, partimos de una reflexión sobre la centralidad del trabajo y su relación con la ciencia geográfica, que proporciono realizamos un análisis de las transformaciones sufridas en el mundo del trabajo a partir de la crisis del capital de la década de 1970 y, a su proceso de reestructuración productiva y flexibilización de las relaciones y formas de gestión del trabajo. Como metodología se tomaron como punto de partida, lecturas y sistematizaciones de obras para entender el capitalismo y la creciente degradación del trabajo, buscando apuntar como esto afecta a los trabajadores cotidianamente, así como textos, artículos y reportajes sobre la empresa-aplicación Uber. Además, fue realizada investigación documental en informes de periódico en la ciudad de Rio Branco, Ac, recorte espacial de la investigación. Teniendo como resultado, la identificación de diversas formas de precarización del trabajador vinculado a la empresa Uber, su control sobre el algoritmo y la desmitificación del carácter “empreendedor” promovido por la misma.

Palabras clave: Capital. Trabajo. Uber.

INTRODUÇÃO

O objetivo principal na discussão do artigo é de compreender o processo de degradação do trabalho a partir das relações entre a empresa-aplicativo Uber e os trabalhadores, mostrando como a tecnologia, deste momento da revolução industrial, pode servir como meio altamente exploratório do trabalho.

Para isso, realizamos pesquisa bibliográfica para a discussão sobre o trabalho a partir de uma análise feita pela ciência geográfica, buscando fazer um histórico da relação entre trabalho e geografia, destacando elementos centrais que ajudem nessa discussão. Para compreender a lógica do sistema capitalista de produção e todas as alterações que ocorreram no mundo do trabalho, a partir da década de 1980/90, focamos na consolidação de novas morfologias do trabalho que são fundamentais para entender a questão.

Assim, diante das novas morfologias criam-se modalidades de trabalho desregulamentados e flexibilizados, além do aumento acentuado do setor de serviços, no caso da análise, os trabalhadores de aplicativo vinculados à empresa Uber. Tal empresa não estabelece vínculo com os trabalhadores ao os colocarem na posição de “empreendedores”, mas que nas entrelinhas são controlados pelos algoritmos do Aplicativo da empresa.

O artigo busca exatamente discutir esses pontos mostrando como os trabalhadores são sujeitos a esse sistema perverso, sendo enganados de todas as formas no ambiente laborativo, perdendo cada vez mais direitos e sendo obrigados a aceitar péssimas condições, tendo em vista que com o alto nível de desemprego por vezes estes tipos de trabalhos são a única alternativa possível.

O presente artigo é oriundo de leituras e reflexões da dissertação de mestrado desenvolvida sobre a temática e encontra-se dividido em três partes: na primeira, o foco é apresentar historicamente a relação que se estabelece entre trabalho e geografia, primordial para entender a constituição da sociedade e do mundo do trabalho. Na segunda, destacam-se os componentes principais que levaram a crise do sistema do capital na década de 1970, assim como seu processo de reorganização para sair da crise que culminou no surgimento das novas morfologias do trabalho. E por fim, a terceira parte se encarrega de mostrar a precarização do trabalho a partir do caso específico da empresa-aplicativo Uber, buscando mostrar que a tecnologia é um instrumento que pode ser utilizado pelo capitalismo para operar a degradação trabalhista, afetando sobremaneira o trabalhador.

A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Falar da história da humanidade é falar sobre a relação do homem com o trabalho, pois nos primórdios essa relação possibilitou a sobrevivência humana a partir da profunda relação que ocorreu entre homem e natureza. Como elencado por Moreira (2016) toda sociedade tem sua fonte de origem no trabalho, inicialmente este se desenvolveu de forma simples/concreta e com um objetivo claro: a subsistência.

A natureza foi sendo apropriada enquanto objeto para satisfazer as necessidades humanas e também de possibilitar as ferramentas que auxiliariam nesta questão. Desta forma, “*o processo de trabalho, em sua dimensão natural, é constituído, essencialmente, pelos seguintes elementos compositivos: o sujeito da atividade laborativa (trabalho vivo), o instrumento de trabalho e o objeto de trabalho (a Natureza).*” (ALVES, 2007, p.36, grifo do autor).

Essa relação do sujeito com a natureza, foco de estudo da Geografia, é elemento central e fundados das grandes transformações que ocorrem no espaço. Inicialmente essas

mudanças ocorriam em menor proporção, e com o passar do tempo essas alterações foram aumentando, principalmente levando em consideração que os primeiros trabalhos realizados pela humanidade produziram novos espaços e socializaram os sujeitos.

Nesse sentido, Moreira (2016) reforça que a construção do espaço geográfico mediante a lógica do capital é um produto da relação entre homem e natureza, que através da mediação do trabalho (re)produz o espaço ao mesmo tempo em que hominiza o ser social.

Embora conceitos interligados, historicamente, os conceitos de natureza e de homem foram edificados sobre uma estrutura fragmentária e dicotômica. Com isso, o homem foi separado da natureza ao associá-la somente à esfera inorgânica (relevo, rocha, clima) e mediada pelos aspectos quantitativos derivados de seu caráter físico-matemático. Tal vinculação à esfera mensurável da natureza reforça o princípio de que se torna mais fácil conhecê-la e assim controlá-la.

Dentro dessa perspectiva, Smith (1988) confirma que o conceito de natureza representa um produto social com intenção política, por representar a experiência prática de cada classe social em determinado momento histórico. Dessa forma, a sociedade dominante do capital e a concepção teórico-metodológica que se arrasta desde o século XV, e que se reforça no século XIX com o método positivista, instituiu a natureza externa³ como concepção chave que vigora na sociedade, pois sendo exterior ao homem pode ser facilmente dominada e manipulada.

E assim o fez a lógica do capital ao seguir essa concepção de natureza externa a ser dominada e transformada em seu benefício, metamorfoseando sua dinâmica que passa a ser instrumento de produção e impondo o valor de troca de seus elementos.

O conceito de homem, além de ser separado da natureza como elemento externo, é transformado em homem trabalhador, pois com o processo de industrialização nascente nos séculos XVIII e XIX, os homens são transformados em fatores de produção, já que estão reduzidos à fabricação de mercadorias (MOREIRA, 2016).

Assim, dentro da lógica do capital, que é mediada por sua (re)produção ampliada via mercado, tanto a natureza como o trabalho são elementos relevantes para a dinâmica de

³ Segundo Smith (1988), a concepção de natureza externa parte do pressuposto de que a natureza é uma coisa externa, fora da sociedade e do homem, na qual há uma separação dicotômica em que os objetos e processos existem fora da sociedade e a natureza é representada somente pela matéria-prima da qual a realidade é construída.

seu processo, pois como a base do capital se assenta sobre a exploração do trabalho para a produção de mercadorias, tanto a natureza através da disponibilização de seus recursos naturais enquanto matéria-prima, quanto o homem através de seu trabalho na transformação desses em produto são condicionantes para o sistema do capital e assim metamorfoseados em fatores de produção e considerados como valor de troca.

A natureza se apresenta como um elemento relevante dentro da relação metabólica, pois o homem ao interagir com a mesma proporciona as necessidades de primeira ordem, ou os valores de uso, imperativo para a essência social.

É através da relação metabólica do homem com a natureza, mediada pelo trabalho, que o homem modifica as matérias naturais produzindo coisas úteis e preenchendo suas necessidades através da criação do valor de uso, caso contrário não teria vida e “essas necessidades e seus modos de satisfazê-las são, no nível mais geral, os determinantes da natureza humana” (SMITH, 1988, p. 72). Assim, ao realizar a interação metabólica com a natureza, o homem não somente produz suas necessidades materiais, mas se constrói enquanto sujeito, por isso a importância sobre o processo de consciência. Nesse sentido, Lukács (sem ano, p. 05)⁴ enfatiza que “a essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência”, já que o autor reforça que a consciência reflete a realidade e, com isso, torna possível intervir nessa realidade.

As necessidades dos indivíduos são as que movem seu processo de reprodução individual e social. Como forma de resposta às necessidades do sujeito aparece o trabalho para realizar a mediação, mas para alcançar tais necessidades/respostas deve-se pensar nas possibilidades de como satisfazê-las. É através deste movimento de ter a necessidade e na organização de como obtê-la que se efetiva a interação metabólica em decorrência, a importância da consciência, pois segundo Lukács (sem ano, p. 05-06) “não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade”. Portanto, tais mediações refletem a forma de consciência dos indivíduos que participam.

⁴ É um texto redigido em 1968 por Georg Lukács como base para uma conferência apresentada no Congresso Filosófico Mundial realizado em Viena. Tal texto foi traduzido por Carlos Nelson Coutinho.

Nesse sentido, considerar homem e natureza como elementos dicotômicos relegando à natureza somente os aspectos inorgânicos e físicos e ao homem como fator externo e produtor de mercadorias pelo trabalho é desconsiderar a totalidade do processo no qual homem e natureza são elementos integrantes e não como partes segmentadas, mas que se interligam dialeticamente em um movimento de (re)transformação, (re)produção, (re)combinação. Como enfatiza Moreira (2006, p. 73) “a natureza evolui em espiral e não em ciclos que se fecham sobre seu próprio ponto inicial de partida”. Assim, a natureza representa uma face múltipla que participa tanto do movimento físico (inorgânico, mecânico) quanto biológico (orgânico, vivo) e o humano através do metabolismo homem e natureza.

Portanto, é através da relação metabólica homem/natureza que se (re)criam os valores de uso, ou seja, é uma relação dialética de produção das necessidades materiais e ao mesmo tempo a (trans)formação do próprio indivíduo enquanto ser através de sua corporalidade e de sua subjetividade. Nesse sentido, é através dessa articulação metabólica homem/natureza que se constrói a autonomia do sujeito frente à sua vida em seu território. Assim, no processo de controle do capital sobre esse metabolismo além de metamorfosear o trabalho enquanto condição de existência para o trabalho estranhado, retiram-se também as possibilidades dessa construção dialética e ainda subtraem a condição de autonomia dos sujeitos frente à condução de sua vida.

Pois, é através do controle do metabolismo social pelo capital que o homem perde a direção de sua forma de organização de vida e de trabalho, já que esse cerceamento da autonomia é condição essencial para se estabelecer a lógica do capital sobre os territórios.

Essa lógica do sistema capitalista de produção, afeta tão profundamente o mundo do trabalho, atingindo a força física utilizada para tal fim, as relações estabelecidas tanto com a natureza quanto com os outros indivíduos, configurando elementos essenciais de análise para a Geografia, com o objetivo de refletir sobre a relação sociedade-natureza-trabalho.

É nesse processo de autorrealização da humanidade através do trabalho, ao longo dos tempos, que reconhecemos o conteúdo do metabolismo social do capital que faz com que sociedade e natureza e, as mediações que governam essa relação dialética, sejam “lidas” pela Geografia como base fundante da compreensão

da polissemia do trabalho no mundo atual ou a polissemização da classe-que-vive-do-trabalho. (THOMAZ JUNIOR, 2005, p.41).

É através dessas desconstruções do metabolismo social do homem que gera o estranhamento tanto dos homens quanto da natureza, enquanto elementos complementares, pois o homem ao separar-se de seu semelhante e do seu trabalho, o separou também da natureza na condição de também ser natureza que se humaniza através da relação metabólica do capital, e, portanto, interfere na autodeterminação de sua vida e no processo de construção de sua autonomia.

Nesse sentido, diante dos imperativos do capital, o sistema se apropria do trabalho, assumindo novas formas de exploração da atividade laboral e um elevado nível de alienação e precarização em todas as partes do mundo, fazendo com que a força de trabalho se submeta aos imperativos do sistema global do capital (MÉSZÁROS, 2002). Como também o processo de reprodução do capital tem influenciado sobremaneira na “degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital” (ANTUNES, 2002, p. 34).

Portanto, o trabalho cindido passa a ser abstrato e assim, abstraído do homem enquanto valor de uso e passa a ter valor monetário e seus resultados (mercadorias) que são decorrência da relação do trabalho com a natureza também apresentam valoração econômica através da mercantilização da natureza. Então, na medida em que a lógica do capital passa a dominar a ordem social, a alienação e o estranhamento do ser social se tornam imprescindíveis para a manutenção do processo de sua acumulação, como também é através da alienação e do estranhamento que o sujeito perde sua autonomia diante de sua separação da natureza e de seu trabalho enquanto condição de existência.

Além disso, outro elemento relevante está imerso nesta questão, pois o capital ao se apropriar do trabalho do homem, alienando de sua condição de existência, o separa dos meios de produção, portanto, os mercantilizam, tornando-os propriedades privadas de determinados indivíduos que se beneficiam da condição de posse e de controle desses elementos de produção.

Desse modo, a parte da natureza que compõe os bens naturais representa um elemento na relação metabólica com o homem, mediado pelo trabalho, de conversão da matéria em valores de uso, mas não produz mercadoria no sentido de valor de troca, pois

esse processo somente ocorre na relação definida de apropriação do trabalho pelo capital, ou seja, é somente o trabalhado estranhado que produz valor de troca.

Assim, ao compreender a natureza e o homem enquanto totalidade mediada pelo trabalho através da relação metabólica que se estabelece sob o capital, não somente a natureza se torna fator de produção, mas também o homem enquanto parte integrante desse processo, principalmente através de sua força laborativa de transformação do bem natural em mercadoria. Desse modo, toda forma de degradação da natureza levará, conseqüentemente, à degradação do próprio homem, seja através de seu trabalho abstrato para o capital, seja pelo seu trabalho enquanto condição de existência definido através da relação metabólica com a natureza, elemento essencial de construção de sua autonomia frente ao controle do capital.

A partir desta breve análise teórica-metodológica sobre o trabalho é possível observar que o trabalho ao longo do tempo vem se transformando de instrumento para satisfação de necessidades básicas com produção de valor de uso, para sua metamorfose em trabalho abstrato, criador de valor, principalmente a partir do processo de acumulação primitiva e as revoluções industriais que com o advento das máquinas e da produção excedente de mercadorias, reformulou a ideia de trabalho.

Com o avanço do processo industrial surgiram os modos de acumulação taylorismo/fordismo que viabilizaram métodos de trabalho muito específicos, tais como: produção em massa de mercadorias, trabalho mecânico e repetitivo, perda na agilidade nos movimentos e transformação do trabalhador em acréscimo da máquina, com ritmo e tempo controlados e gerenciados, como apontado por Antunes (2009).

Nas indústrias, o fordismo com sua produção em massa, e o taylorismo com seu cronômetro arbitrário, estabeleceram dois pontos importantes: a necessidade de mão de obra barata, que pela falta de opção aceitasse trabalhar durante horas, em péssimas condições, em troca de um salário baixíssimo; e iniciou a ideologia do consumo, pois seus produtos fabricados em massa precisavam ser vendidos. O salário aqui entra como peça chave para fazer a “engrenagem” funcionar, visto que o dinheiro recebido pelos trabalhadores, mais tarde compraria os produtos dessas mesmas indústrias.

Essa “engrenagem”, que basicamente diz respeito a produção de mercadorias (indústrias) e a sua circulação (comércio) são a base do sistema capitalista. “Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias – o comércio – formam os

pressupostos históricos a partir dos quais o capital emerge.” (MARX, 2017, p. 223). Esse sistema capitalista focado unicamente na produção constante e cada vez maior de mais-valia, se consolida mundialmente, atingindo fortemente o mundo do trabalho.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E NOVAS MORFOLOGIAS DO TRABALHO

Como apontado por Antunes (2009) e Mészáros (2011), o capital que expandiu globalmente e se consolidou apresenta em sua história vários momentos de crise, porém o marco para a análise recai sobre a crise estrutural do capital da década de 1970 que teve como principais motivos: o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, a queda da taxa de lucro (ocorrida devido às lutas sociais no período que aumentaram o preço da força de trabalho), o crescimento excessivo da esfera financeira, crise do *Welfare State* e o advento das privatizações.

A crise estrutural do capital é resultado do esgotamento e da incontornabilidade de seu sistema de metabolismo social, conforme demonstra Mészáros (2007) e como resposta iniciou-se um processo de reestruturação a fim de garantir sua reprodução e expansão. Para isso, a organização produtiva e o trabalho passam a ter relevância significativa para buscar a restauração do processo de acumulação do capital.

Esse processo de reestruturação do capital avançou a um ponto diferente do que se colocava com o taylorismo/fordismo, e nesse contexto surge o toyotismo e o modelo de acumulação flexível. Com ele houve uma intensificação do trabalho e uma mudança profunda no modo de produção, que deixou de ser em massa como ocorria anteriormente, e passou a focar na “qualidade” e na fabricação dos produtos por demanda, e os trabalhadores que precisavam cumprir essa produção flexível passaram a operar várias máquinas, se tornando polivalente. Assim, “a produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário [...]. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do *estoque mínimo*.” (ANTUNES, 2015, p. 45, grifo do autor).

No toyotismo ocorreu um crescimento de métodos e procedimentos de trabalhos, tais como: *kanban*, *just in time*, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ – círculos de controle de qualidade, controle de qualidade total, eliminação do desperdício, gerência

participativa, sindicalismo de empresa, sistema de luzes (delimitava o ritmo de trabalho, verde = funcionamento normal, laranja = intensidade máxima, e vermelha = problemas, parar a produção), entre outros, como apontado por Antunes (2015).

Esse novo processo que ocorria, tendo no toyotismo sua expressão mais perceptível, onde havia uma concentração de capital e novas regulações e normas do trabalho, diz respeito ao conceito de acumulação flexível, em que os processos de trabalho, produção, modo de vida, consumo e acúmulo de capital se tornam mais maleáveis, tudo se torna mais flexível. “Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.” (HARVEY, 2016, p. 140). Isso representa um novo modo de acumulação que consegue conter as contradições do sistema capitalista, e permitir amplamente sua reestruturação, que é o que o capitalismo sempre busca em momentos de crise.

Ainda de acordo com Harvey (2016), a acumulação flexível veio contrapor fortemente o modo de produção fordista, focando na rapidez com que a produção deveria ocorrer, fazendo com que para atender essa demanda, houvesse um estímulo no consumo, o que acarretou em perda de qualidade dos produtos para que a substituição ocorresse de maneira rápida e constante.

Essas mudanças atingem sobremaneira o modo de vida da população, fazendo com que os desejos, sonhos, necessidades, sucesso e tudo que dizem respeito a vida de uma pessoa seja pautado por aquilo que ela pode adquirir, há uma transformação das necessidades individuais que passam a atender as vontades do mercado, levando ao enriquecimento capitalista. Desta forma, “a acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica.” (HARVEY, 2016, p. 148).

Porém, devido a necessidade de alta rotatividade nos produtos, o capital adotou como estratégia – além do já conhecido estímulo ao consumo – diminuir a qualidade dos produtos, pois assim, os consumidores logo precisariam adquirir outro, aumentando a procura, e tendo como corolário o que Antunes (2009) chamou de taxa decrescente de valor de uso das mercadorias.

No que diz respeito ao trabalho, o capital se reestruturou com uma nova ideologia e política de controle, notadamente com a adoção do neoliberalismo, diminuição de direitos trabalhistas, privatizações, novas formas de trabalho como o “empreendedorismo”, colaboradores, trabalho intermitente, ocasionando uma precarização total, o que demonstrava que o capital queria alterar seu modo de reprodução, mas sem abandonar suas bases fundamentais de acumulação.

Como resultado desse modelo de produção e na busca pela alteração do modo de reprodução, um dos pontos cruciais seria a diminuição dos custos com salários, para que os gastos das empresas diminuíssem, o que leva a um fervor na luta de classes no período, ou seja, o que ocorria era, como ressalta Thomaz Junior

[...] uma crise de modo de organização do trabalho que se manifesta por intermédio da explicitação/explosão da luta de classes na produção, em torno da extração da mais-valia, tendo em vista que o capital para garantir as determinações do processo de acumulação haveria de arrochar ainda mais os salários, ou diminuir o custo salarial real. (2018, p.19).

Neste contexto, o capital incrementa a informalidade do trabalho, com a qual se enfraquece a estabilidade e direitos que um trabalhador poderia adquirir, e o tempo de trabalho passa a ser cada vez mais efêmero, os contratos se tornam em sua grande maioria temporários, sem segurança ou garantias, sem carteira assinada, tornando o trabalhador facilmente descartável. Importante frisar que esse cenário também se faz possível pelo alto número de desempregados presentes no mundo todo, proporcionando ao capital trabalhadores sempre disponíveis para ocupar até mesmo essas vagas tão inconstantes e irregulares.

Como frisado por Antunes (2018), a informalidade acontece quando não existe vínculo formal de contratos e/ou normas sobre o serviço prestado, apresentando trabalhos altamente destituídos de direitos, que se colocam enquanto propulsor da precarização, o que é extremamente benéfico ao capital, tendo em vista que “[...] a ampliação dos mais distintos e diversos modos de ser da informalidade parece assumir [...] um importante papel de aumento, potencialização e mesmo realização do *mais-valor*”. (ANTUNES, 2018, p. 71, grifo do autor).

Além do avanço da informalidade, as normas trabalhistas tendem a se desregulamentar e flexibilizar, como tendência da reestruturação do capital, colocando uma

nova perspectiva sobre o modo de ser do trabalho, que se torna mais excessivo, com jornadas de trabalho mais pesadas, salários menores, exigência de metas constantes para bater, além da realização de várias funções em alguns casos, pautados pelo medo inerente do desemprego.

Esses trabalhadores se encontram em um panorama de falta de direitos, abuso de autoridade, o medo recorrente de demissão, o engodo de fazer parte da empresa, de ser uma “peça chave”, um colaborador importante, ou até mesmo a falácia de que o corpo da empresa é uma grande “família”, entre outros elementos utilizados para colocar esses trabalhadores nesta situação de subordinação e/ou conformidade.

Nesse contexto, tem-se ainda a ampliação da terceirização, conforme ressalta Antunes (2018), a realidade diária desses trabalhadores é altamente precária, com períodos de trabalho de até três horas a mais do que outros trabalhadores contratados pela empresa, sendo rapidamente substituídos, ou seja, os contratos são de curto prazo, gerando uma alta rotatividade de trabalhadores, fazendo com que não tirem férias, por exemplo, já que saem da empresa antes de completar um ano em muitos casos. Não recebem benefícios como auxílio creche ou vale transporte, quando recebem vale alimentação geralmente é menor do que os trabalhadores efetivos, assim como o que ganham por hora extra, e também acabam sendo os trabalhadores que tem maior exposição a riscos no trabalho. Isso é discutido pelo autor quando afirma que,

Os trabalhadores terceirizados, além de ganhar menos, trabalhar mais, ter mais instabilidade e menos direitos, são os que mais morrem e se acidentam. Tais vulnerabilidades de saúde e maior exposição aos riscos decorrem exatamente dessa condição mais precária de trabalho. (ANTUNES, 2018, p. 159).

Diante da reestruturação produtiva do capital, além das novas modalidades de trabalho há também a ampliação da era digital nas empresas e nas relações de trabalho, que acarretou mudanças significativas no modo de vida e nas relações humanas de maneira geral. Em um primeiro momento todas as facilidades proporcionadas como internet, celular, as vantagens de pesquisa, o acesso ao conhecimento, disseminação de informações, comunicação e tantas outras, trouxe a possibilidade ao imaginário de pensar que aconteceria uma redução no tempo para que as coisas fossem feitas e a oportunidade de

encarregar-se menos, a expectativa de que as ocupações cotidianas fossem substituídas pela facilidade que os meios digitais proporcionariam.

Apesar disso, o que se pôde observar, foi o avanço de trabalhadores que deveriam exercer diversas funções simultaneamente, o que levou a um aumento na exploração do trabalho, além da ampliação do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo. E principalmente há uma simbiose entre tempo de trabalho e tempo livre, visto que com a internet, as redes sociais, e a facilidade de comunicação, tarefas começaram a serem pedidas fora do horário delimitado de trabalho.

Além disso, os trabalhos deixaram de ser permanentes e cada vez mais se tornaram temporários, trabalhos sem vínculos, obviamente sem direitos trabalhistas, sem responsabilidades (que devem ser assumidas pelas empresas empregadoras), fazendo eclodir trabalhadores cada vez mais precarizados. Como apresentado por Antunes,

O capital necessita, hoje, cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, os trabalhadores hifenizados, que se encontram em explosiva expansão em todo o mundo. Como o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, ele deve, além de incrementar sem limites o trabalho morto corporificado no maquinário tecnocientífico, aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em um tempo cada vez mais reduzido. (ANTUNES, 2005, p.62).

Desta forma, gradativamente, o trabalhador se vê dependente dessa lógica capitalista de dominação, que o confina nesse mecanismo excessivamente desumano, onde o foco se concentra tão somente em benesses próprias para o capital, e assim o trabalhador vai sendo absorvido cada vez mais por esse sistema, levando em consideração que o capitalismo transforma o trabalho em uma atividade crescentemente degradante.

Uma vez que nesse processo de interação entre homem e máquina, cada vez mais o homem vai perdendo a sua realização pelo trabalho, vai deixando de ver sentido na tarefa realizada, que não apresenta mais importância para ele, se tornando uma atividade alheia, executada com o objetivo único de um parco salário ao final do mês, com o único intuito de garantir o mínimo para sobrevivência, sem aspirações pessoais.

Com isso, é possível observar que nas sociedades capitalistas com a produção supervalorizada, em desprezo pelas relações humanas e sociais, a individualidade é perdida,

assim como o poder de tomada de decisões, e o ser humano passa a ser algo inanimado e até inconsciente, que ocupa simplesmente um papel de mais uma mercadoria, visto que a função do trabalhador é unicamente a de suprir as necessidades do capital para sua intensa valorização, em nome de um pseudo progresso que na verdade esconde sua natureza tão prejudicial.

UBER – A NOVA ERA DE DEGRADAÇÃO DO TRABALHO

Nesse contexto das novas morfologias do trabalho e nas formas de flexibilização das relações trabalhistas oriundas do processo de reestruturação produtiva, temos como foco de análise os trabalhadores de aplicativos digitais, como o caso da empresa de aplicativo Uber.

De acordo com o site da empresa⁵, a Uber é uma plataforma que conecta usuários a motoristas parceiros, uma opção de mobilidade a preços acessíveis que funciona através de uma plataforma digital.

De acordo com Slee (2017), a Uber surgiu como um serviço de carros de luxo, no qual os usuários faziam uma solicitação e os motoristas de limusine aceitavam a corrida, e depois esse serviço se ampliou para motoristas comuns com seus próprios veículos particulares, o que levou a uma disseminação em larga escala da Uber pelo mundo de maneira muito rápida, principalmente pela facilidade que o aplicativo proporciona em conectar motoristas e passageiros e também pelo valor baixo cobrado nas corridas.

A Uber foi fundada em 2010 nos Estados Unidos e chegou ao Brasil em 2014 oferecendo 5 serviços, sendo 4 deles relacionados ao transporte de pessoas como o Uber X (carros compactos, com ar-condicionado e 4 portas. O preço é competitivo e uma opção ideal para locomover-se no dia a dia), Uber Juntos (esta modalidade permite que você divida a viagem com outros usuários que estão em um trajeto similar ao seu, colocando mais pessoas em menos carros), Uber Select (uma seleção de carros mais confortáveis e espaçosos por um preço um pouco maior do que o do Uber X) e Uber Black (serviço que possibilita aos usuários solicitarem viagens de alta qualidade em carros sedã, como Toyota Corolla, Ford Fusion, Volkswagen Jetta e outros, todos com bancos de couro e ar-condicionado sempre ligado), como também a Uber Eats, que é um serviço de entrega de

⁵ Site oficial da Uber: <https://www.uber.com/pt-BR/blog/o-que-e-uber/>

comidas pelo qual através do aplicativo há o menu de vários restaurantes cadastrados. (UBER, 2019).

Contudo é importante destacar que o sucesso da Uber também se dá muito devido a evitar custos trabalhistas, com seguro, impostos e inspeções veiculares, e em fornecer um serviço universalmente acessível, assim, torna o serviço mais barato e atraente para o consumidor.

Nesse sentido, seu foco em evitar custos e sua habilidade para gerar prejuízos recaem exclusivamente nos trabalhadores de aplicativo, que são quem arcam com esses infortúnios. Para exemplificar podemos citar a disponibilidade a qualquer momento e hora a que esses trabalhadores estão sujeitos, pois não existe uma carga horária estabelecida, não pagamento de um salário fixo, qualquer problema que este trabalhador enfrente, como questões de saúde, acidentes com seus instrumentos de trabalho (veículos, moto, bicicleta) que impossibilitem ele de trabalhar resultarão em dias sem receber.

Além disso, eles não possuem direito a férias, décimo terceiro, seguro desemprego, entre outros, pois a empresa não os reconhece enquanto funcionários, mas sim “parceiros” ou prestador de serviços, já que a Uber se defini como uma empresa de tecnologia e que oferece sua plataforma de aplicativo digital para os trabalhadores. Então, não há um vínculo empregatício que obrigaria a empresa a assegurar tais direitos. Com isso, oculta a relação de assalariamento e sua responsabilidade sobre o trabalhador.

Outro ponto importante diz respeito a figura do patrão, esse novo patrão, que não possui rosto, nem escritório, mas que continua tendo poder sobre seus trabalhadores, e que controla toda a organização do seu trabalho como o trajeto, o tempo, os desvios, a localização, informações a que nenhum superior jamais teve acesso, e basta que o aplicativo esteja ligado, o chamado algoritmo.

Segundo Filgueiras e Antunes (2020), os algoritmos são instrumentos comandados pelas grandes corporações e que tem a função de manipulação e controle do trabalhador ao gestar toda a organização do seu trabalho.

Uma das formas de controle analisada pelos autores é com relação aos pagamentos que são manipulados para dominar o comportamento dos trabalhadores. Para isso, quem estabelece o valor da remuneração é a empresa que se utiliza da estratégia da baixa remuneração para impor longas jornadas de trabalho, pois “quanto menor a tarifa paga, mais horas de trabalho serão necessárias para garantir a sobrevivência” (FILGUEIRAS E

ANTUNES, 2020, p. 34). Além disso, utilizam de incentivos e promoções para os trabalhadores ficarem mais tempo à disposição e trabalharem mais como metas e horários a serem cumpridos.

Outras formas de controle praticadas pelas empresas de aplicativo se referem as pressões com os trabalhadores para serem assíduos, ficando mais tempo conectados pelo aplicativo, a não negar chamadas/serviços com a ameaça de desativação e bloqueio para disciplinar a força de trabalho (FILGUEIRAS E ANTUNES, 2020, p.34).

De acordo com uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Locomotiva, publicada na BBC Brasil em 2019, existem mais de 5,5 milhões de pessoas cadastradas em aplicativos de entrega no Brasil, um número extremamente significativo de trabalhadores inseridos nessa lógica. A reportagem ainda elenca a questão da individualidade do trabalho, tendo em vista que o sucesso ou o fracasso daquele trabalhador recai unicamente nele mesmo, não é mensurado o papel do aplicativo em si e nem a ausência de parceria e apoio, a política dessas plataformas, a falta de direitos que esses trabalhadores estão sujeitos, todos esses fatores são desconsiderados para se levar em conta quantas horas aquele trabalhador está disposto a trabalhar. Isso gera um contexto de submissão do trabalhador a qualquer oferta e oportunidade encontrada pois, já que depende só dele, um estado de “bem-estar social” poderá ser alcançado.

Segundo relatos de entregadores, ainda de acordo com a reportagem da BBC Brasil, as dificuldades começam assim que eles ficam online no aplicativo, ou seja, disponíveis para entregas, como exposto por um entregador é necessário estar totalmente a postos, tendo em vista que assim que o pedido tocar, ele terá um tempo de seis minutos para chegar ao restaurante ou será bloqueado por meia hora.

Esse tipo de bloqueio, costuma acontecer mais frequentemente do que se imagina, e pelas mais diversas razões (reclamação do cliente, atraso, problema na internet) ou até mesmo pela falta dela, visto que “um dia você pode acordar e não conseguir mais logar, e o algoritmo não costuma dar explicações”, fala de um entregador para a BBC.

De acordo com o entregador Mateus na entrevista para a BBC⁶, em 2017 ele chegou a sofrer um acidente que lhe custou 2,5 mil somente com os concertos da moto, e que quando relatou acerca do ocorrido, a resposta que obteve foi de que ele era um MEI (Microempreendedor individual), logo não tinha vínculo nenhum. E a partir disso, nas

⁶ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49884077>. Acesso em: 31 de outubro de 2019.

palavras dele “fui tomando consciência da relação que ia ter ali. Vi que era só eu”. Apesar disso, ele continuou como entregador, dado que era a única opção que tinha no momento.

O fardo desse trabalho lhe rendeu inclusive mudanças físicas, Mateus conta que agora é outra pessoa, antes “tinha uma pele mais limpa e agora meus poros são dilatados, sou queimado de sol e meu cabelo cai por causa do estresse”.

A reportagem demonstra ainda que o trabalhador precisa organizar seus horários, trabalha horas corridas sem descanso; gastam seu próprio meio de locomoção abastecendo com seu próprio dinheiro, realizando a manutenção; com condições que não permitem intervalo entre as corridas, pois existe um prazo para que se chegue nos restaurantes que se não atendido acarreta no desligamento do aplicativo por determinado tempo, impossibilitando a realização de novas entregas e produzindo uma pressão naquele trabalhador, que se não poder estar disponível para uso do aplicativo a cada instante precisa desligá-lo. E, além disso, não tem garantias para si mesmo ou seu transporte em caso de acidente, pois a responsabilidade não recai nas empresas na maioria dos casos.

Apesar dos relatos e da evidente dificuldade encontrada pelos trabalhadores, as empresas retomam sempre aos discursos de parceiros, colaboradores, trabalhadores autônomos, e na enganosa liberdade que esses entregadores têm. Procuradas pela reportagem da BBC, a empresa Uber Eats afirmou que os entregadores são parceiros independentes, que escolhem como e quando utilizarão o aplicativo como geração de renda, já o Ifood afirmou que gera oportunidade para cerca de 120 mil entregadores independentes, e que esse número é ainda mais importante se for levado em consideração o cenário de desemprego do Brasil.

Deste modo, para fugir do vínculo empregatício, essas empresas de entrega por aplicativos terceirizam o trabalho para uma multidão, considerando-os trabalhadores autônomos, ou mesmo consumidores de seus serviços, como explicado por Liberato apud Cant (2021).

Ainda exemplificando, podemos citar o entregador Paulo Henrique Gomes de 27 anos, que em reportagem para o jornal Brasil de Fato⁷ afirmou que quando “o dia é bom” ele consegue levar para casa até 50 reais, contudo a grande maioria dos dias “é ruim”, e

⁷ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/25/conexao-zero-estrelas-trabalhadores-de-aplicativos-se-endividam-para-pagar-internet>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

depois de uma longa jornada de horas pela cidade sobre uma bicicleta, ele acaba voltando para casa com no máximo 10 reais.

Outro problema destacado na reportagem é a questão da necessidade de um pacote de internet para que os entregadores consigam trabalhar, em muitos casos eles precisam escolher entre o plano de dados do celular e pagar as contas básicas. Além disso, como destacado pelo entregador Ricardo Santos, se a internet cai, além do cliente cancelar, as plataformas podem entender que a entrega ou corrida não foi finalizada ou que o profissional a rejeitou, algo que ocorrendo mais de uma vez pode levar ao bloqueio do cadastro na plataforma.

Assim, a lógica das empresas de aplicativos digitais exemplifica as novas exigências do capital ao trabalhador, tais como: flexibilidade e disponibilidade total, pois não existem horários pré-estabelecidos; não pagamento de um salário; se esse trabalhador apresentar problemas de saúde não terá nenhum respaldo e ficará os dias de atestado médico sem receber; sem direitos trabalhistas de férias, décimo terceiro, seguro desemprego, aposentadoria, dentre outros; além da pressão para cumprimento de metas que esses trabalhadores estão sujeitos. Assim sendo,

Ao contrário da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, estamos presenciando o advento e a expansão monumental do *novo proletariado da era digital*, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do *fim do trabalho na era digital*, estamos vivenciando o *crescimento exponencial do novo proletariado de serviços*, uma variante global do que se pode denominar *escravidão digital*. (ANTUNES, 2018, p. 30, grifo do autor).

Esses trabalhadores, com vínculos “digitais” com as empresas, não são tidos como trabalhadores, mas como “autônomos”, “empreendedores”, pois, de acordo com o discurso das empresas, eles têm total liberdade para fazer o próprio horário e só trabalharem os dias que quiserem. A empresa Uber se utilizam dos slogans: “Seja dono do seu próprio destino”, o “motorista parceiro” ou “entregador parceiro” como eles chamam

para demonstrar que o é o trabalhador que escolhe quando e onde dirigir, ganha dinheiro no seu tempo, e recebe na sua conta toda semana, de acordo com o site oficial da Uber.⁸

Esse tipo de procedimento, no qual a empresa é responsável unicamente por fazer a ligação entre quem precisa do serviço e quem presta esse serviço, é chamado de Economia do Compartilhamento. “A Economia do Compartilhamento é uma onda de novos negócios que usam a internet para conectar consumidores com provedores de serviço para trocas no mundo físico.” (SLEE, 2017, p. 33).

Ainda de acordo com esse autor, a Economia do Compartilhamento visa ajudar pessoas desempregadas a encontrarem um caminho para seguir na vida, se tornando “microempresários” (SLEE, 2017). Contudo, em uma leitura crítica, as empresas estão preocupadas exclusivamente no crescimento dos seus lucros, e na possibilidade que esse tipo de falácia sobre parceiro, empreendedor, microempresário proporciona fazendo com que a responsabilidade recaia inteiramente nesses indivíduos e as plataformas sejam apenas o meio de serviço e não encarregadas por essas pessoas. Assim, não precisam cumprir nada estabelecido na Legislação do Trabalho, como já indicado.

Tem-se, então, trabalhadores que vivem nessas condições, o que nos leva a entender que a sociedade do trabalho passa por mais um momento sombrio de sua história, com a fugacidade e precarização dos empregos nos últimos tempos, ao contrário do que é colocado pelas empresas, que muitas vezes usam até do discurso da sustentabilidade para se promoverem e simularem preocupações ambientais, como o caso da Uber que no seu site diz que uma das preocupações e objetivo da empresa é diminuir a necessidade de se ter um carro evitando emissões de poluentes e consumo de combustível.⁹

Fato é que essas empresas estão interessadas principalmente em aumentar os seus lucros e exercer o mínimo possível de responsabilidade para com os seus trabalhadores, proporcionando novos vínculos empregatícios sem direitos, novos modos de subordinação, novas ilusões e alienações, para não falar de uma crueldade velada no “controle” que se esconde atrás de telas e cliques, o que torna ainda mais difícil buscar maneiras de organização e resistência pelos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁸ Disponível em: <https://www.uber.com/br/pt-br/drive/how-it-works/>.

⁹ De acordo com o site oficial da Uber: <https://www.uber.com/br/pt-br/>.

A partir das discussões, fica evidente a relação que ocorre entre trabalho e geografia, levando em consideração que na ciência geográfica o trabalho se coloca enquanto categoria essencial não só para a evolução do homem em sociedade, mas também para a sua consolidação nos territórios, o que resulta no processo de produção do espaço geográfico. O trabalho, por sua vez, vai sendo modificando para atender as necessidades humanas e, posteriormente, é central para efetivação de vínculos econômicos que afetam toda a esfera social. Desta forma, ambos os elementos são vitais para compreender o processo da história humana ao longo do tempo e, por isso, não devem ser considerados separadamente.

Historicamente alguns pontos centrais se destacam para entender a dinâmica acima elencada, especialmente a lógica de existência do sistema capitalista de produção, suas crises e suas estratégias de reestruturação, o que conformou a partir das décadas de 1980/90 alterações profundas no mundo do trabalho, com destaque para as novas morfologias que irão agir no sentido de diminuir e flexibilizar direitos trabalhistas e aumentar o lucro do capital.

Observou-se também de que maneira o capital no seu curso de deteriorar o trabalho, com o advento da tecnologia dos algoritmos, criou formas de exercer relações de controle e de trabalho danosas, irregulares, auto laborativas e onde o patrão, não exerce qualquer comprometimento com seu trabalhador, que se encontra em situação altamente precárias e sem direitos. Isso sobretudo levando-se em consideração o engodo do “empreendedorismo” do “seja seu próprio patrão”, que ilusiona uma autonomia que na prática se revela como mecanismo de exploração e domínio por parte da empresa-aplicativo.

Como resultado desse panorama é possível compreender o capitalismo enquanto ente degradador, repressor, opressor e explorador em todas as esferas possíveis, transformando os trabalhadores e a sociedade em geral, em uma sociedade da alienação e da exploração. Intencionando abrir reflexões sobre esses novos modos de ser do trabalho, com a influência da tecnologia do capitalismo uberizado e, enquanto instrumento apropriado pelo capitalismo em busca de um crescimento econômico gradual.

Portanto, com as discussões e reflexões apresentadas é possível notar de maneira enfática que a naturalização dessas atuais formas de controle e exploração do trabalho ocorrem com a finalidade elementar de obtenção de mais valor, mas não na planta fabril e

sim na prestação de serviços como no caso analisado. É uma exploração do trabalhador para a criação de valor, para as empresas obterem a reprodução do capital, já que o setor de serviços é uma dimensão da criação de valor ao materializar sua realização. A exploração do trabalhador para o lucro independe de qualquer consequência de perspectiva humana/social que se possa observar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FAGUNDEZ, Ingrid. **Como ser 'top'**: Ubers viram youtubers e faturam ensinando segredo do sucesso a motoristas e entregadores. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49884077> Acesso em: 31 de outubro de 2019.

FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Revista Contracampo**, Niterói, n.01, v. 39, p. 27-43, abr/jul de 2020.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

LUKÁCS, Georg. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Mimeo (s/ano).

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOREIRA, Ruy. **A geografia do espaço-mundo**: conflitos e superações no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Submetido em junho de 2021

Aceito em fevereiro de 2022